



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM

31 DE DEZEMBRO DE 2024



SUMÁRIO

	FOLHA
BALANÇOS PATRIMONIAIS	3 e 4
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS	5
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES	6
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	7
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	8
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO	9
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	10 a 29
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES	30 a 33

BALANÇOS PATRIMONIAIS
em 31 de dezembro de 2024 e 31 dezembro de 2023
em milhares de reais

ATIVO	NE nr.	31/12/2024	31/12/2023
CIRCULANTE		124.995	209.323
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	96.279	166.544
Cauções e Depósitos Vinculados	5.1	803	-
Clientes	6	10.752	21.157
Outros Créditos	8	1.301	5.740
Tributos Compensáveis	9	10.831	10.217
Investimentos Temporários	10	3.207	3.922
Despesas pagas antecipadamente	11	1.822	1.744
NÃO CIRCULANTE		636.051	594.827
Realizável a Longo Prazo		132.356	83.192
Tributos Federais a Restituir	12	-	1.301
Tributos Diferidos	13	119.551	73.533
Encargos setoriais a compensar	14	4.447	-
Adiantamento a Acionistas	7	8.358	8.358
Imobilizado	15	329.733	326.291
Intangível	16	173.333	184.539
Direitos de Uso de Ativo	17.1	629	805
TOTAL DO ATIVO		761.045	804.150

BALANÇOS PATRIMONIAIS
em 31 de dezembro de 2024 e 31 dezembro de 2023
em milhares de reais

PASSIVO	NE nr.	31/12/2024	31/12/2023
CIRCULANTE		114.106	109.346
Obrigações Sociais e Trabalhistas	18	283	276
Fornecedores	19	3.857	3.980
Imposto de Renda e Contribuição Social	9	-	294
Outros Tributos e Contribuições Sociais	20	834	1.154
Encargos Setoriais a Pagar	23	1.612	1.919
Pequisa e Desenvolvimento	22	104	1.672
Contas a Pagar Vinculadas à Concessão	21	106.333	99.806
Passivo de Arrendamento	17.2	280	245
Outros passivos circulante	24	803	-
NÃO CIRCULANTE		772.860	730.942
Contas a Pagar Vinculadas à Concessão	21	755.649	728.889
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	13	1.222	1.465
Passivo de Arrendamentos	17.2	393	588
Provisão para Litígios	26.1	3.285	-
Obrig. Vinc. Conc.Serv.Publico Energ. Elétrica	27	12.311	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		(125.921)	(36.138)
Capital Social	28.1	35.503	35.503
Ajustes de Avaliação Patrimonial	28.2	2.372	2.845
Prejuízos Acumulados		(163.796)	(74.486)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		761.045	804.150

" As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras "

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS
dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
em milhares de reais

	N.E	01.01.2024 a 31.12.2024	01.01.2023 a 31.12.2023	01.10.2024 a 31.12.2024	01.10.2023 a 31.12.2023
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	29	90.945	139.968	24.110	34.378
(-) Custos Operacionais	30	(94.309)	(85.938)	(29.201)	(22.029)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO		(3.364)	54.030	(5.091)	12.349
OUTRAS DESPESAS (RECEITAS) OPERACIONAIS	31	(7.487)	(6.065)	(1.624)	(1.660)
Despesas Administrativas	31	(7.985)	(7.334)	(1.723)	(1.748)
Outras Receitas	31	498	1.269	99	88
LUCRO ANTES RESULTADO FINANCEIRO E TRIBUTOS		(10.851)	47.964	(6.715)	10.689
RESULTADOS FINANCEIRO	32	(124.476)	(43.570)	(50.590)	(33.347)
Receitas financeiras	32	32.223	90.508	2.829	4.647
Despesas financeiras	32	(156.699)	(134.078)	(53.419)	(37.994)
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL		(135.328)	4.395	(57.304)	(22.658)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		46.019	(1.487)	19.496	5.186
Imposto de Renda e Contribuição Social	13	(1.069)	(1.069)	19.763	5.453
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferidos	13	47.087	(418)	(267)	(267)
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO PERÍODO		(89.310)	2.908	(37.809)	(17.472)
LUCRO (PREJUÍZO) POR AÇÃO INTEGRALIZADA - EM REAIS		(1,48)	0,05		

" As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras "

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES

dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

em milhares de reais

	01.01.2024	01.01.2023	01.10.2024	01.10.2023
	a	a	a	a
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
LUCRO (PREJUÍZO) DO PERÍODO	(89.310)	2.908	(37.809)	(17.473)
Outros resultados abrangentes				
Ganhos com ativos financeiros classificados como disponíveis para venda	(715)	(6.373)	(6.373)	10.295
Operações com Créditos de Carbono	(715)	(6.373)	(6.373)	10.295
Tributos sobre ganhos com ativos financeiros	243	2.167	5.093	(3.500)
Total de outros resultados abrangentes, líquido de impostos	(472)	(4.206)	(1.279)	6.795
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	(89.782)	(1.298)	(39.088)	(10.678)

" As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras "

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
 (Valores expressos em milhares de reais)

	Capital Social	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Reservas de lucros Lucros (prejuízos) Acumulados	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2022	35.503	7.050	(77.394)	(34.841)
Outros Resultados Abrangentes		(4.206)		(4.206)
Lucro do Exercício 2023		-	2.908	2.908
Saldos em 31 de Dezembro de 2023	35.503	2.844	(74.486)	(36.139)
Outros Resultados Abrangentes		(472)		(472)
Lucro do Exercício 2024		-	(89.310)	(89.310)
Saldos em 31 de Dezembro de 2024	35.503	2.372	(163.796)	(125.921)

" As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras "

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
MÉTODO INDIRETO
dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
em milhares de reais

	NE nr.	31.12.2024	31.12.2023
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO PERÍODO		(89.310)	2.908
Despesas (receitas) que não afetam o caixa			
Depreciação	15	22.596	24.252
Amortização	16	11.290	11.271
Variações monetárias não realizadas		137.385	64.266
Imposto de renda e contribuição social		(47.087)	418
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13	1.069	1.069
Baixas de Imobilizado		5	-
Transferencia de Imobilizado		424	-
Redução (aumento) dos ativos operacionais:			
Cauções e Depósitos Vinculados		(803)	
Clientes	6	10.405	2.115
Outros créditos	8	4.438	(3.602)
Tributos compensáveis	9	(614)	(7.119)
Despesas pagas antecipadamente	11	(79)	(1.627)
Tributos federais a restituir		1.301	-
Depósitos judiciais		-	58
Encargos setoriais a compensar	14	(4.447)	-
Aumento (redução) dos passivos operacionais:			
Obrigações Sociais e Trabalhistas	18	7	13
Fornecedores	19	(123)	667
Imposto de Renda e Contribuição Social	9	(294)	-
Outras Obrigações Fiscais	20	(321)	(286)
Pagamento de direito de uso		(246)	(215)
Contas a pagar vinculadas a concessão - uso do bem público	32	(104.042)	(109.681)
Pequisa e Desenvolvimento	22	(1.568)	205
Encargos Setoriais	23	(307)	515
Outros Passivos Circulante		803	-
Caixa líquido (utilizado) gerado nas atividades operacionais		(59.518)	(14.772)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisições de imobilizado	15	(10.730)	(4.563)
Adições no intangível	16	(17)	(37)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		(10.747)	(4.600)
Variação no caixa e equivalentes a caixa		(70.265)	(19.372)
Saldo inicial de caixa e equivalentes a caixa	5	166.544	185.916
Saldo final de caixa e equivalentes a caixa	5	96.279	166.544
Variação no caixa e equivalentes a caixa		(70.265)	(19.372)

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
em milhares de reais

	NE nr.	31.12.2024		31.12.2023	
Receitas					
Geração de energia , serviços e outras receitas	29	99.780		153.212	
Total		99.780		153.212	
(-) Insumos adquiridos de terceiros					
Compra de Energia - Revenda	30	(10.586)		(974)	
Compensação Financeira Utiliz. Rec. Hidricos	30	(7.083)		(8.668)	
Encargos de uso da rede eletrica	30	(24.833)		(24.149)	
Material, insumos e serviço de terceiros	30 e 31	(20.058)		(18.634)	
Outros insumos	30 e 31	(413)		(512)	
Total		(62.973)		(52.937)	
(=) Valor adicionado bruto		36.807		100.275	
(-) Depreciação e amortização					
	30 e 31	(32.303)		(33.863)	
(=) Valor adicionado líquido		4.503		66.411	
(+) Valor adicionado transferido					
Receitas financeiras	32	32.222		90.508	
Outras Receitas	31	498		1.269	
Total		32.721		91.777	
Valor adicionado a distribuir		37.224		158.188	
Distribuição do valor adicionado					
	NE nr.	31.12.2024	%	31.12.2023	%
Pessoal					
Remuneração e honorários		(4.824)		(3.671)	
Planos previdenciarios e assistencial		(216)		(252)	
Beneficios		(391)		(380)	
Encargos sociais - FGTS		(222)		(883)	
Total	31	(5.654)	(15,2)	(5.186)	(3,3)
Governo					
Federal	9 e 29	35.981		(15.878)	
Estadual	31	(8)		(1)	
Municipal	31	(29)		(24)	
Total		35.944	96,6	(15.903)	(10,1)
Terceiros					
Juros e variações monetárias	32	(156.699)		(134.076)	
Arrendamentos e aluguéis	31	(125)		(115)	
Total		(156.824)	(421,3)	(134.191)	(84,8)
Acionistas					
Lucro (Prejuízo) do período		89.310		(2.908)	
Total		89.310	239,9	(2.908)	(1,8)
		(37.224)	(100,0)	(158.188)	(100,0)

* As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras *

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

em 31 de dezembro de 2024

em milhares de reais

1. Contexto Operacional

A ELEJOR – Centrais Elétricas do Rio Jordão S.A., com sede a Rua José de Alencar, 2021, Curitiba – PR, é uma sociedade anônima de capital fechado. A sociedade foi constituída para implantação e exploração do CEFSC – Complexo Energético Fundão Santa Clara, localizado no Rio Jordão, na sub-bacia do Rio Iguaçu, abrangendo os municípios de Pinhão, Cândói e Foz do Jordão, no Estado do Paraná. O CEFSC é composto pelas usinas hidrelétricas Santa Clara e Fundão e pelas centrais geradoras hidrelétricas Santa Clara I e Fundão I, com as seguintes potências instaladas e energias asseguradas:

UHE / CGH	Potência Instalada (MW)	Garantia Física (MW) médios
UHE - Santa Clara	120,168	66,000
UHE – Fundão	120,168	62,100
CGH - Santa Clara I e Fundão I	6,075	4,900
	246,411	133,000

2. Concessão

A exploração dos aproveitamentos hidrelétricos do CEFSC foi regulada pelo contrato de concessão nº 125/2001, firmado com a União por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, em 25 de outubro de 2001. Após a repactuação do risco hidrológico, conhecido como GSF (ou *Generation Scaling Factor*, na sigla em inglês), em virtude da promulgação das Leis 13.203/15 e 14.052/20, o prazo de concessão da UHE Santa Clara foi estendido até 10 de maio de 2040, enquanto para UHE Fundão o prazo encerrar-se-á em 10 de junho de 2040.

Em 20 de junho de 2023, com a publicação das Resoluções Autorizativas ANEEL nº 14.744 e 14.745, as centrais geradoras hidrelétricas Santa Clara I e Fundão I ficaram dispensadas da reversão dos bens vinculados a essas autorizações nos termos do § 9º, do art. 1º da Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, bem como do recolhimento da Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica – TFSEE.

Pela exploração dos aproveitamentos hidrelétricos a Companhia realiza pagamentos mensais a título de UBP (Uso do Bem Público), tendo como data base maio de 2001, mês que antecedeu o leilão do CEFSC, e desde então os pagamentos são corrigidos anualmente com base na variação do Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M, calculado pela Fundação Getúlio Vargas.

3. Base de Preparação

3.1 Declaração de Conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (International Financial Reporting Standards - IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras da Companhia estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas na gestão.

A emissão das demonstrações foi autorizada pela Administração em 27 de janeiro de 2025.

3.2 Base de Mensuração

Estas demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto para os investimentos temporários mensurados pelos seus valores justos (créditos de carbono). O custo histórico geralmente é baseado no valor pago das contraprestações em troca de ativos na data de aquisição.

3.3 Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

As demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. As informações financeiras foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3.4 Uso de Estimativas e Julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas da Companhia. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação as estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

3.5 Julgamento da Administração quanto à continuidade operacional

A Administração concluiu não existir incertezas materiais que coloquem em dúvida a continuidade da Companhia. Também, não foram identificados eventos ou condições que, individual ou coletivamente, possam levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de manter sua continuidade operacional.

4. Principais Políticas Contábeis

4.1 Instrumentos Financeiros

A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos.

A política contábil adotada para a classificação e a mensuração de instrumentos financeiros foi a IFRS 9. Os instrumentos financeiros da Companhia são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, ou mensurados pelo custo amortizado.

4.2 Contas a pagar vinculadas à concessão

São os valores preestabelecidos no contrato de concessão firmado com a União relacionados ao direito de exploração do potencial de energia hidráulica (concessão onerosa), cujo contrato foi assinado na modalidade de Uso do Bem Público - UBP. O registro inicial do direito e da obrigação ocorreu com a adoção das normas internacionais de contabilidade no Brasil e corresponde ao valor presente dos fluxos de caixa dos pagamentos futuros. Posteriormente, o saldo devedor é atualizado pelo método da taxa de juros efetiva e reduzido pelos pagamentos contratados.

4.3 Estoque (inclusive do ativo imobilizado)

Os materiais no almoxarifado, classificados no ativo circulante, e aqueles destinados a investimentos, classificados no ativo imobilizado, estão registrados pelo custo médio de aquisição. Os valores contabilizados não excedem seus valores de realização.

4.4 Imobilizado

Os bens do ativo imobilizado vinculados ao contrato de concessão de serviço público de geração de energia elétrica são depreciados pelo método linear com base nas taxas anuais estabelecidas e revisadas periodicamente pelo poder concedente, as quais são praticadas e aceitas pelo mercado como representativas da vida útil econômica dos bens vinculados à infraestrutura da concessão, limitados ao prazo da concessão. Os demais bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear com base na estimativa de vida útil, sendo revisada anualmente e ajustada, caso necessário.

Os custos diretamente atribuídos às obras, bem como os juros e encargos financeiros relativos a empréstimos tomados com terceiros durante o período de construção, são registrados no ativo imobilizado em curso, desde que seja provável que resultem em benefícios econômicos futuros para a empresa.

4.5 Intangível

Ativo composto por softwares adquiridos de terceiros, mensurados pelo custo total de aquisição diminuído das despesas de amortização pelo prazo de cinco anos, além do contrato de concessão nº 125/2001.

4.5.1 Concessão onerosa de geração de energia elétrica

Corresponde à aquisição de direito de exploração do potencial de geração de energia hidráulica cujo contrato prevê pagamentos mensais à União a título de Uso do Bem Público – UBP. O montante foi reconhecido pelo valor presente das saídas de caixa futuras no período de vigência do contrato de concessão. Na data de início da operação comercial ou da aquisição do direito de exploração do empreendimento, o montante apresentado é fixado e amortizado durante o período da concessão.

4.5.2 Repactuação do risco hidrológico (Generation Scaling Factor - GSF)

Ativo constituído pela repactuação do risco hidrológico nos termos da Lei nº 13.203/2015 e alterações posteriores, proveniente do valor recuperado do custo com o fator de ajuste do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE (GSF). O montante foi transformado pela Aneel em extensão do prazo da outorga, o qual é amortizado linearmente até o final do novo prazo de concessão.

4.5.3 Baixa de ativos intangíveis

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da alienação de um ativo intangível são reconhecidos no resultado, mensurados com a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo.

4.6 Redução ao Valor Recuperável de Ativos

Os ativos são avaliados anualmente para identificar evidências de desvalorização.

4.6.1- Ativos Não financeiros

Quando houver perda decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor de preço líquido de venda do ativo, essa perda é reconhecida no resultado do exercício.

Para fins de avaliação da redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC).

O valor estimado das perdas para redução ao valor recuperável sobre os ativos não-financeiros é revisado para a análise de uma possível reversão na data de apresentação das demonstrações financeiras, em caso de reversão de perda de exercícios anteriores a mesma é reconhecida no resultado do exercício corrente.

4.6.2- Tributos Diferidos

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social calculados com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado) de cada entidade tributável e às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente, 15%, acrescidos de 10% sobre o que exceder R\$ 240 anuais, para o imposto de renda, e 9% para a contribuição social. O prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social são compensáveis com lucros tributáveis futuros, observado o limite de 30% do lucro tributável no período, não estando sujeitos a prazo prescricional.

4.7 Provisões

Uma provisão é reconhecida quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado, (ii) seja provável (mais provável que sim do que não) que será necessária saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e (iii) possa ser feita estimativa confiável do valor da obrigação.

As estimativas de desfechos e de efeitos financeiros são determinadas pelo julgamento da Administração, complementado pela experiência de transações semelhantes e, em alguns casos, por relatórios de peritos independentes.

Os valores que correspondem à parcela principal da provisão são reconhecidos no resultado operacional ou no ativo e a atualização monetária, se houver, é reconhecida no resultado financeiro. Provisões socioambientais são registrados em contrapartida ao ativo quando incorridos durante a fase de implantação de empreendimentos ou, ainda, após a entrada em operação comercial, quando considerados condicionantes para obtenção/renovação das licenças de operação e manutenção.

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos contabilmente, porém são divulgados em nota explicativa quando for provável o reconhecimento de benefícios econômicos futuros, para os ativos, ou quando a probabilidade de saída de recursos for avaliada como possível, no caso dos passivos.

4.8 Receita de Contratos com Clientes

A receita é mensurada com base na contraprestação que a Companhia espera receber em um contrato com o cliente, líquida de qualquer contraprestação variável. A Companhia reconhece receitas quando transfere o controle do produto ao cliente e quando for provável o recebimento da contraprestação considerando a capacidade e a intenção do cliente de pagar a contraprestação quando devida.

A receita operacional da Companhia é proveniente do suprimento de energia elétrica. A receita proveniente do suprimento de energia elétrica é reconhecida mensalmente com base nos dados para faturamento que são apurados pelos MW médios de energia elétrica contratada, e declarados junto a CCEE. Quando as informações não estão disponíveis, a Companhia, por meio de suas áreas

técnicas, estima a receita considerando as regras dos contratos, a estimativa de preço e o volume fornecido.

4.9 Receita de Juros

A receita de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto. A taxa de juros efetiva é aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros calculados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial desse ativo.

4.10 Operações de Compra e Venda de Energia Elétrica na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE

Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE são reconhecidos pelo regime de competência, com base nos dados divulgados pela CCEE, que são apurados pelo produto das sobras ou déficits de energia contabilizadas em determinado mês, pelo PLD - Preço de Liquidação das Diferenças correspondente, ou, quando essas informações não estão disponíveis tempestivamente, por estimativa preparada pela Administração.

4.11 Benefícios Pós-emprego

A Companhia patrocina plano previdenciário para complementação de aposentadoria e pensão e Plano Assistencial (assistência médica e odontológica) para seus empregados ativos e seus dependentes legais. Os valores desses compromissos atuariais (contribuições, custos, passivos e/ou ativos) são avaliados anualmente por atuário independente, com a data base que coincide com o encerramento do exercício. As premissas econômicas e financeiras para efeitos da avaliação atuarial são discutidas com o atuário independente e aprovadas pela Administração.

Os ativos do plano de benefícios são avaliados pelos valores de mercado (marcação a mercado) pela Companhia. O valor do passivo assistencial líquido é reconhecido pelo valor presente da obrigação atuarial, deduzido o valor justo dos ativos do plano. A adoção do método da unidade de crédito projetada agrega cada ano de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, somando-se até o cálculo da obrigação final.

São utilizadas outras premissas atuariais que levam em conta tabelas biométricas e econômicas, além de dados históricos dos planos de benefícios, obtidos da Fundação Copel de Previdência e Assistência, entidade que administra o plano.

Ganhos ou perdas atuariais motivadas por alterações de premissas e/ou ajustes atuariais são reconhecidos em outros resultados abrangentes.

4.12 Direito de uso de ativos e passivo de arrendamentos

Quando da celebração de um contrato de arrendamento, o direito de uso de ativos é registrado a valor presente, em contrapartida de um passivo de arrendamento de mesmo valor, exceto para contratos que atendam critérios de isenção da norma contábil (arrendamentos de curto prazo, de baixo valor ou que preveem remuneração variável). Após a mensuração inicial, a amortização do ativo de direito de uso é contabilizada no resultado operacional e os juros do passivo de arrendamento no resultado financeiro.

4.13 Demonstração do Valor Adicionado - DVA

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza gerada pelas empresas assim como sua distribuição durante determinado período. É apresentada, conforme requerido pela legislação

societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é demonstração prevista ou obrigatória conforme as IFRS

5. Caixa e Equivalentes de Caixa

Saldos em	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e bancos contas movimento	19	33
Aplicações financeiras de curto prazo	96.260	166.511
	96.279	166.544

Caixa e equivalentes de caixa compreendem os numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, que possam ser resgatadas no prazo de até 90 dias da data de contratação. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do levantamento das demonstrações financeiras, com risco insignificante de mudança de valor.

As aplicações financeiras da Companhia referem-se a Certificados de Depósitos Bancários - CDBs, os quais são realizados com instituições que operam no mercado financeiro nacional e são contratadas em condições e taxas normais de mercado, tendo como características: alta liquidez, baixo risco de crédito e remuneração referenciada pelo Certificado de Depósito Interbancário – CDI, em conformidade com sua Política de Aplicações Financeiras vigente.

5.1 Cauções e Depósitos Vinculados

Saldos em	31/12/2024	31/12/2023
Caixa Econômica Federal - POUPANÇA	803	-
	803	-

A conta poupança de depósitos vinculados mantida junto à Caixa Econômica Federal refere-se à caução de valores realizada por clientes em garantia de contratos de suprimento de venda de energia.

6. Clientes

Clientes	Saldos	Vencidos	Vencidos há	Saldo	Saldo
	vincendos	até 90 dias	mais de 90 dias	31/12/24	31/12/23
Suprimento - Copel Com.	-	-	-	-	1.038
Suprimento - Livres	9.888	-	-	9.888	9.336
CCEE	864	-	-	864	10.783
	10.752	-	-	10.752	21.157

As vendas da Companhia possuem duas estratégias: A primeira de suprimento, através da formalização de CCVEE (Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica) no ACL (Ambiente de Contratação Livre). A segunda, por intermédio da liquidação de energia descontratada no âmbito da CCEE (Câmara de Comercialização de Energia), sendo que, caso o montante da energia descontratada seja insuficiente para cobertura do fator GSF, a entidade realiza compra de energia na câmara para cumprimento dos seus contratos.

A administração não provisiona PECLD (Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa), para eventos referentes aos CCVEE e liquidação no âmbito da CCEE por entender que seus créditos estão protegidos em razão de regras regulatórias e contratuais, que impõem penalidades

aos possíveis inadimplentes, além da constituição de garantias financeiras, mitigando o risco de crédito.

7. Partes Relacionadas

	31/12/2024	31/12/2023
Ativo circulante		
Entidade sob controle em comum		
Copel Comercialização S.A.		1.038
Ativo não circulante		
Controlador		
COPEL Companhia Paranaense de Energia	5.851	5.851
Acionista		
Paineira Participações Ltda	2.508	2.508
Passivo circulante		
Entidade sob controle em comum		
Copel Distribuição S.A.	2.258	2.251
Copel Geração e Transmissão S.A.	164	157
Resultado	31/12/2024	31/12/2023
Entidade sob controle em comum		
Encargos de Transmissão e Conexão		
Copel Distribuição S.A.	(26.832)	(26.100)
Serviços de Operação e Manutenção		
Copel Geração e Transmissão S.A.	-	(520)
Serviços de Planejamento Energético		
Copel Geração e Transmissão S.A.	(1.073)	(1.028)

A Companhia efetuou transações com partes relacionadas, incluindo a prestação de serviços de planejamento energético e os encargos pelo uso do sistema de distribuição.

8. Outros Créditos

	Saldos em	31/12/2024	31/12/2023
Ordens de serviço - P & D		-	5.473
Almoxarifado de manutenção e operação		1.299	264
Adiantamento a fornecedores		2	3
		1.301	5.740

Ordens de serviço – P & D, correspondem aos valores das aplicações de recursos em Programas de Pesquisa e Desenvolvimento, os quais, após seu término, são compensados com o respectivo passivo registrado para este fim, conforme legislação regulatória.

9. Tributos Compensáveis

Descrição	Saldos em	31/12/2024	31/12/2023
Tributos Compensáveis			
Imposto de Renda Pago por Estimativa		1.827	1.151
Contribuição Social Pago por Estimativa		2.041	1.820
Imposto de Renda retido na fonte		6.963	7.245

Ativos compensáveis	10.831	10.216
Imposto de Renda e CSLL a pagar		
Imposto de Renda	-	210
Contribuição Social	-	84
Passivos a liquidar	-	294
Ativos líquidos a compensar	10.831	9.922

Os ativos líquidos a compensar serão objeto de PER/DCOMP (Pedido Eletrônico de Restituição, Ressarcimento ou Reembolso e Declaração de Compensação), podendo ser restituídos através de crédito em conta corrente da empresa e/ou compensados com tributos federais devidos futuramente.

10. Investimentos Temporários

Data	Descrição	Quantidade	Valores R\$ Mil
31/12/2023	(+) Reduções Certificadas de Emissões (RCE)	578.451	3.922
31/12/2024	(-) Vendas de Certificados RCEs Jan a Mar 2024	(60.181)	
	(=) Reduções Certificadas de Emissões (RCE)	518.270	
	Marcação a Mercado do RCE - Dólar - US\$ 1,00		
	Cotação – Dólar R\$ 6,1917		
	Custo Unitário R\$ 6,19		
Saldo Final Ajustado - AVJ			3.207

Em 2024, a Companhia negociou 60.181 toneladas (t) de Reduções Certificadas de Emissões (RCEs), emitidas pelo Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), referentes a 4ª medição do Projeto nº 1279 nomeado Fundação Santa Clara *Energetic Complex Project* (FSCECP).

11. Despesas Pagas Antecipadamente

Descrição	Saldos em	31/12/2024	31/12/2023
Seguro das usinas		1.821	1743
Seguro sede administrativa		1	1
		1.822	1744

As despesas antecipadas registram os gastos no exercício cuja apropriação no resultado ocorrerá em períodos subsequentes. Sendo que, a Companhia possui Apólice de Seguro de Riscos Operacionais junto a SOMPO SEGUROS com vigência até 07 de setembro de 2025, a qual prevê como Limite Máximo de Garantia R\$ 364.032 mil.

12. Tributos Federais a Restituir

Descrição	Saldo em	Valores em R\$ mil
	31/12/2023	1.301
Restituições		(1.301)
	31/12/2024	-

A Companhia impetrou o Auto nº 5078666-63.2019.4.04.7000, referente a Ação de Repetição de Indébito de valor pago a maior, na qual pleiteou a devolução de valores pagos a Receita Federal do Brasil a título de CSLL - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, cujo valor restituído foi integralmente compensado com tributos (PIS e Cofins) a recolher.

13. Tributos Diferidos

Mutação do diferido

Mutação do diferido	31/12/2023	Reconhecidos no resultado	Reconhecidos em outros resultados abrangentes	31/12/2024
(+) Ativo não circulante				
Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL	55.900	47.097	-	102.997
Efeitos do ICPC 01 - Contratos de concessão	17.633	(1.069)	-	16.564
	73.533	46.028	-	119.561
(-) Passivo não circulante				
Efeitos do ICPC 38 - Instrumentos Financeiros - Créditos de Carbono	1.465	-	(243)	1.222
	1.465	-	(243)	1.222
(=) Líquido apresentado no Balanço	72.068	46.028	(243)	118.339

Realização dos Tributos Diferidos

Realização IR Diferido

31/12/2024	Ativo	Passivo
2025	104.065	(1.222)
2026	1.069	-
2027	1.069	-
2028	1.069	-
2029	1.069	-
2030	1.069	-
2031 a 2033	3.207	-
2034 a 2036	3.207	-
2037 a 2039	3.207	-
2040	530	-
	119.561	(1.222)

14. Encargos Setoriais a Compensar

Encargos Setoriais a Compensar	Saldos em	31/12/2024	31/12/2023
Pesquisa e Desenvolvimento		4.447	-
		4.447	-

A Lei nº 14.120/2021, redirecionou totalmente os recursos em P&D não comprometidos com projetos contratados ou iniciados até 1º de setembro de 2020, adicionalmente comprometeu em 30% (trinta por cento) os recursos entre 1º de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2025, reduzindo os valores disponíveis em poder da empresa, os quais foram destinados à Conta de Desenvolvimento Energético (CDE). Contudo, como a Companhia havia adquirido placas solares e outros materiais essenciais para a conclusão projeto da Fonte Solar Flutuante “Cabeça de Séria”, optou pela continuidade dos investimentos gerando um ativo de Encargos Setoriais a Compensar.

15. Imobilizado

Conforme estabelecido pelo órgão regulador do setor elétrico, ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica, a Companhia encontra-se sujeita à adoção dos critérios específicos para cálculo de depreciação ao longo do prazo de concessão.

Mutação	31/12/2022	Adições	Depreciação	Baixas	Transfer.	31/12/2023
Em serviço						
Reservatórios, barragens, adutoras	193.871	-	(13.103)	-	-	180.768
Máquinas e equipamentos	102.116	411	(7.279)	(702)	1.084	95.630
Edificações	33.165	-	(2.521)	-	58	30.702
Terrenos	14.523	2.625	(1.136)	(162)	-	15.850
Móveis e utensílios	123	10	(17)	(1)	2	117
	343.798	3.046	(24.056)	(865)	1.144	323.067
Em curso						
Custo	2.015	1.517	-	-	(308)	3.224
	2.015	1.517	-	-	(308)	3.224
	345.813	4.563	(24.056)	(865)	836	326.291

Mutação	31/12/2023	Adições	Depreciação	Baixas	Transfer.	31/12/2024
Em serviço						
Reservatórios, barragens, adutoras	180.767	-	(11.812)	-	-	168.955
Máquinas e equipamentos	95.634	184	(7.153)	(12)	2.739	91.392
Edificações	30.701	12.356	(1.982)	-	-	41.075
Terrenos	15.850	9.814	(1.460)	-	-	24.204
Móveis e utensílios	115	17	(16)	(2)	-	114
	323.067	22.371	(22.423)	(14)	-	325.740
Em curso						
Custo	3.224	3.993	-	(485)	(2.739)	3.993
	3.224	3.993	-	(485)	(2.739)	3.993
	326.291	26.364	(22.423)	(499)	-	329.733

Durante o período foram encerradas R\$ 3.224 de aquisições de imobilizado em curso. Deste montante, R\$ 425 mil foram transferidas para o grupo contábil Almoxarifado Operacional (estoque de manutenção), enquanto R\$ 60 mil foram colocados em serviço (intangível em serviço) e R\$ 2.739 mil em (imobilizado em uso), passando a ser depreciado/amortizado pelo prazo de concessão.

16. Intangível

A movimentação bem como o saldo do Intangível no período, foi a seguinte:

	Contrato de Concessão		Outros		Total
	em serviço	em curso	em serviço	em curso	
31/12/2022	192.882	-	2.896	-	195.778
Aquisições	-	-	36	-	36
Amortização UBP	(10.269)	-	-	-	(10.269)
Amortização GSF	(836)	-	-	-	(836)
Amortização - Outros	-	-	(170)	-	(170)
31/12/2023	181.777	-	2.762	-	184.539
Aquisições	-	-	17	-	17
Transferências	-	-	67	-	67
Amortização UBP	(10.269)	-	-	-	(10.269)
Amortização GSF	(838)	-	-	-	(838)
Amortização - Outros	-	-	(179)	-	(179)
31/12/2024	170.670	-	2.667	-	173.333

As amortizações do contrato de concessão nº 125/2001 e as extensões decorrentes da repactuação do risco hidrológico GSF são calculadas de forma linear até o prazo final da concessão.

17. Direito de Uso e Passivo de Arrendamento

A Companhia reconheceu Ativo de Direito de Uso e Passivo de Arrendamento, conforme CPC 06 (R2), referente a locação de sua sede administrativa, conforme segue:

17.1 Direito de Uso de Ativo

Mutação	31/12/2022	Adições	Amortização	Baixas	31/12/2023
Em serviço					
Imóveis	962	39	(196)	-	805
	962	39	(196)	-	805

Mutação	31/12/2023	Adições	Amortização	Baixas	31/12/2024
Em serviço					
Imóveis	805	31	(207)	-	629
	805	31	(207)	-	629

17.2 Passivo de Arrendamento

Mutação	Circulante	Não Circulante	Total
31/12/2023	245	588	833
Contratações	-	-	-
Correções e Mensurações Subsequentes	35	-	35
Pagamentos	(246)	-	(246)
Transferências	246	(246)	-
Ajuste a valor presente	-	51	51
31/12/2024	280	393	673

Realização do Passivo de Arrendamento

2025	257
2026	257
2027	236
Valores não descontados	750
Juros embutidos	(77)
Saldo do passivo de arrendamento	673

O imóvel que abriga a sede administrativa da Companhia encontra-se na Rua José de Alencar, 2021 e 2005, Curitiba – PR, CEP 80.040-040, sendo regulado pelo contrato de nº 022/2022, com vigência até 28 de novembro de 2027.

18. Obrigações Sociais e Trabalhistas

Descrição	Saldos em	31/12/2024	31/12/2023
Salários a pagar		-	4
Tributos retidos na fonte		108	93
Provisão de férias e 13º salário		175	179
		283	276

As obrigações sociais e trabalhistas contemplam os salários, honorários, benefícios e encargos sociais pagos aos funcionários, diretores e conselheiros estatutários da Companhia.

19. Fornecedores

	Vincendos até 30 dias	Vencidos	Saldo 31/12/2024	Saldo 31/12/2023
Encargos Uso da Rede - Copel DIS	2.258	-	2.258	2.251
Materiais e Serviços - Copel GET	164	-	164	157
Materiais e Serviços	1.435	-	1.435	1.572
	3.857	-	3.857	3.980

Os fornecedores são registrados no passivo pelo valor nominal dos títulos a pagar acrescidos das variações monetárias, quando contratadas.

20. Outras Obrigações Fiscais

Descrição	Saldos em	31/12/2024	31/12/2023
PIS e Cofins		418	740
Tributos retidos na fonte		178	170
Previdência Social INSS		223	228
FGTS		15	16
		834	1.154

A Companhia apura as contribuições sociais devidas ao PIS e a Cofins na modalidade não cumulativa para receitas decorrentes de CCVEE firmados no ACL. Enquanto, para as receitas decorrentes da liquidação de energia no âmbito da CCEE aplica-se o regime cumulativo.

21. Contas a Pagar Vinculadas à Concessão

Pagamento à União:

Pela exploração dos aproveitamentos hidrelétricos do CEFSC a Companhia realiza pagamentos a título de UBP (Uso do Bem Público) em parcelas mensais equivalentes a 1/12 (um doze avos) do valor anual proposto de R\$ 19.000.000 (dezenove milhões de reais), conforme estabelecido na Cláusula 6ª do Contrato de Concessão nº 125/01 firmado em 25 de outubro de 2001. O pagamento do UBP é reajustado anualmente ou com a periodicidade que a legislação permitir, tomando por base a variação do Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M, calculado pela Fundação Getúlio Vargas.

Taxa de desconto no cálculo do valor presente:

A taxa de desconto utilizada para cálculo do valor presente do UBP equivale a 0,8735% a.m., taxa arbitrada desde o reconhecimento da concessão durante a adoção das normas internacionais de contabilidade (IFRS), não tendo vinculação com a expectativa de retorno do projeto.

	Outorga	Assinatura	Final	Taxa de desconto	Correção anual
UHE Santa Clara	23/10/2001	25/10/2001	10/05/2040	11,00% a.a.	IGPM
UHE Fundão	23/10/2001	25/10/2001	10/06/2040	11,00% a.a.	IGPM

Mutação

	31/12/2023	828.695
Ajuste a valor presente		51.125
Variação monetária		86.204
Pagamentos		(104.042)
	31/12/2024	861.982

Ano	Valor nominal	Valor presente
2025	112.466	106.633
2026	112.466	95.796
2027	112.466	86.302
2028	112.466	77.750
2029	112.466	70.045
2030	112.466	63.104
2031	112.466	56.850
Após 2031	965.342	305.502
Totais	1.752.604	861.982

22. Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)

As concessionárias de geração e empresas autorizadas à produção independente de energia elétrica são obrigadas a aplicar anualmente o percentual de 1% (um por cento) de sua receita operacional líquida em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico, conforme artigo 2.º, da Lei nº 9.991/00 e Resoluções Normativas Aneel nº 316/08 e 300/08. Esse percentual encontra-se distribuído da seguinte maneira 40% FNDCT, 20% MME e 40% P&D.

O Despacho ANEEL nº 904/2021 determinou o recolhimento à CDE (Conta de Desenvolvimento Energético), do percentual fixo de 30% tendo como base de cálculo os valores devidos a título de P&D, entre 1º de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2025.

Mutação	Circulante				Total
	FNDCT	MME	CDE	P&D	
31/12/2023	85	42	25	1.520	1.672
Constituições	331	166	99	240	836
Conclusões	-	-	-	(1.760)	(1.760)
Recolhimentos	(358)	(179)	(107)	-	(644)
31/12/2024	58	29	17	-	104

23. Encargos Setoriais a Pagar

Encargo Setorial	Saldos em	31/12/2024	31/12/2023
Compensação Financeira Utilização Recursos Hídricos		1.612	1.919
		1.612	1.919

A CFURH foi criada pela Lei nº 7.990/1989 para compensar estados e municípios afetados pela perda de terras produtivas, ocasionadas pela inundação de áreas durante a formação dos reservatórios que atendem as usinas hidrelétricas. Também são beneficiados pela compensação financeira os órgãos da administração direta da União.

24. Outros Passivos Circulantes

Outros passivos circulantes	Saldos em	31/12/2024	31/12/2023
Caução em garantia		803	-
		803	-

Os CCVEE firmados com comercializadoras requerem garantias financeiras sob a forma de seguro garantia, carta de fiança bancária, caução, título público ou CDB através de Contrato de Cessão de Direitos Creditórios.

25. Benefício Pós Emprego

A Companhia patrocina parcialmente plano para complementação de aposentadoria e pensão, denominado Plano de Benefícios Previdenciário III. E, plano de assistência médica e odontológica, designado Plano Prosaúde III, para atendimento de seus empregados ativos e dependentes legais.

Os valores desses compromissos atuariais (contribuições, custos, passivos e/ou ativos) são calculados anualmente por atuário independente, com data base que coincida com o encerramento do exercício.

25.1 Plano de Benefício Previdenciário

O Plano de Benefícios Previdenciário III é um plano de Contribuição Variável – CV. As parcelas de custos assumidas pelas patrocinadoras desse plano são registradas de acordo com avaliação atuarial preparada anualmente por atuários independentes, de acordo com o CPC 33 (R1) Benefícios a Empregados, correlacionada à IAS 19 R e à IFRIC 14. As premissas econômicas e financeiras para efeitos da avaliação atuarial são discutidas com os atuários independentes e aprovadas pela Administração da empresa.

25.2 Plano Assistencial

A Companhia aloca recursos para cobertura parcial das despesas de saúde aos seus funcionários e dependentes, de acordo com as regras, limites e condições estabelecidos no regulamento do Plano Prosaúde III. Este plano não prevê coparticipação da patrocinadora no período pós-emprego, onde os gastos serão suportados integralmente por seus beneficiários.

Valores reconhecidos no resultado estão assim resumidos:

Mutação	Circulante	Não Circulante	Total
31/12/2023	-	-	-
Contribuições previdenciárias e assistenciais	173	-	173
Amortizações	(173)	-	(173)
31/12/2024	-	-	-

Conforme Relatório Atuarial elaborado pela consultoria contratada, não existem valores a reconhecer nos balanços da Companhia.

26. Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis emitiu o CPC 25 que trata das Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, sendo que as provisões são reconhecidas no Balanço Patrimonial quando é provável a saída de recursos decorrentes de eventos passados.

A Companhia questionou os escritórios responsáveis pelas ações da entidade quanto ao andamento dos processos com anotação do risco de futura saída de recursos. Ato contínuo, o departamento jurídico da Companhia analisou as respostas das firmas terceirizadas e consolidou-

as num relatório onde constam todos os processos, tanto polo ativo quanto passivo, e, em nenhum dos processos foi anotado “risco provável”, motivo pelo qual a administração não reconheceu provisões nestas demonstrações financeiras.

A seguir apresenta-se de forma resumida os processos de litígios registrados no relatório jurídico classificados como “risco possível”, e adicionalmente os valores de passivos contingentes, porém sem provisões reconhecidas conforme as principais políticas contábeis estabelecidas no capítulo (4) item (4.4) destas notas explicativas.

26.1 Provisões para litígios

Mutação das provisões para litígios das ações consideradas como de perda provável

Tipo	Saldo em 31/12/2023	Adições / (Reversões) no Ativo Imobilizado			Quitação	Saldo em 31/12/2024
		Adições	Reversões	Atualizações		
<u>Cíveis</u>						
Desapropriações e patrimoniais	-	13.134	(72)	-	(9.777)	3.285

As ações judiciais de desapropriação e patrimoniais ocorrem quando existe divergência entre o valor avaliado pela Companhia para pagamento e o pleiteado pelo proprietário.

26.2 Passivo Contingente

Classificação das ações consideradas como de perda possível.

Modalidade	Saldo em 31/12/2023	Resultado	Imobilizado e Intangível	Saldo em 31/12/2024
		Adições/ Atualizações (transferências)	Adições/ atualizações (transferências)	
<u>Cíveis</u>				
Desapropriações e patrimoniais	8.535		(6.323)	2.212
Regulatórias	36.107		(316)	35.791
	44.642			38.003

Passivos contingentes são obrigações presentes decorrentes de eventos passados, sem provisões reconhecidas por não ser provável uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação. A seguir, informações sobre a natureza e a possível perdas dos passivos contingentes da Companhia:

a) Cíveis regulatórias:

a.1)

Autor: Elejor X União (contraparte/adverso principal)

Valor estimado: R\$ 26.700

Ação Cível Regulatória nº 1018438-81.2017.4.01.3400 na qual pleiteia a nulidade da Portaria MME nº 178/2017, que reduziu em 2,6 MW médios sua energia assegurada, tendo decisão proferida de maneira liminar pelo TRF1 - Tribunal Regional Federal da 1ª Região que garantiu a manutenção da liquidação integral da GF (140,3 MW médios) no âmbito da CCEE (Câmara de Comercialização de Energia).

Caso a decisão judicial seja revertida a entidade sofrerá reflexos retroativos das liquidações financeiras no período 01/2018 a 12/2022, com possível devolução dos recebimentos decorrentes da liminar atualizados de acordo com a variação do IGP-M da Fundação Getúlio Vargas, o que importaria num desembolso estimado de R\$ 26.700 mil.

Situação atual: Aguardando julgamento recursal.

Jurisdição: Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

a.2)

Autor: Elejor X União (contraparte/adverso principal)

Valor estimado: R\$ 9.075

Pedido de Reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão.

Situação atual: Aguardando julgamento recursal.

Jurisdição: Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

a.3)

Autor: Elejor X União (contraparte/adverso principal)

Valor estimado: R\$ 16

Reavaliação da metodologia da revisão das garantias físicas

Situação atual: Extinto por Desistência. Aguardando Arquivamento

Jurisdição: Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

b) Cíveis - desapropriações e patrimoniais:

b.1)

Autor: Proprietário do imóvel

Valor estimado: R\$ 2.212

Ação de desapropriação para construção do Complexo Energético Fundão e Santa Clara, que se discute o valor da indenização.

Situação atual: Cumprimento de sentença com depósito judicial já realizado.

Jurisdição: Vara Cível da comarca de Pinhão PR.

27. Obrigações Vinculada a Concessão e Permissão do Serviço Público de Energia Elétrica

Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia		31/12/23	Adições	Amortização o Acumulada	31/12/24
Usinas - Ativo Imobilizado em Serviço	Pesquisa e Desenvolvimento				
Estação Solar Eólica 34,5 Kv	Projeto 2945-0004/2013				
	Projeto 2945-0005/2013	-	2.532	(7)	2.525
Ilha Solar Fotovoltaica Flutuante 300 KWp	Projeto 2945-0001/2017	-	6.199	(17)	6.182
Ilha Solar Fotovoltaica Flutuante 100 KWp	Projeto 2945-0001/2017	-	3.614	(10)	3.604
		-	12.345	(34)	12.311

28. Patrimônio Líquido

28.1 Capital Social

O capital social é composto de 60.300.000 ações ordinárias todas sem valor nominal, totalizando R\$ 35.503, conforme alteração do Artigo 5º do Estatuto Social contida na 77ª AGE de 20/09/2021, distribuído da seguinte forma:

Acionistas	Ações Ordinárias Subscritas e Integralizadas	Total de Ações Subscritas e Integralizadas	Participação no Capital Total Integralizado
COPEL	70%	42.209.920	70%
PAINEIRA	30%	18.090.080	30%
	100%	60.300.000	100%

28.2 Ajuste de Avaliação Patrimonial

	Saldos	31/12/2024	31/12/2023
RCE-Reduções Certificadas de Emissão		3.593	4.309
(-) Cont.Social Lucr.Liq. - Diferida		(323)	(388)
(-) Imposto de Renda - Diferido		(898)	(1.076)
		2.372	2.845

A Companhia possui Reduções Certificadas de Emissões (RCE) que são títulos financeiros mantidos para venda, os quais foram emitidos pelo Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) das Nações Unidas, em decorrência do Projeto nº 1279 nomeado Fundão Santa Clara Energetic Complex Project (FSCECP), a variação positiva ou negativa dos títulos não negociados no encerramento do balanço são “marcados a mercado” na conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial, bem como os reflexos da incidência do IRPJ e CSLL.

29. Receita Operacional Líquida

Descrição	01/01/24	01/01/23	01/10/24	01/10/23
	a	a	a	a
	31/12/24	31/12/23	31/12/24	31/12/23
Geração	77.949	113.353	25.626	30.942
Venda de Energia UHEs - Convencional	72.020	97.428	23.478	26.775
Venda de Energia UHEs Conv-COPEL COM	-	11.683	-	3.111
Venda de Energia CGHs - Incentivada	5.929	4.242	2.148	1.056
Comercialização	21.832	39.859	1.114	6.845
Energia contabilizada na CCEE	21.832	39.859	1.114	6.845
Receita Bruta	99.781	153.212	26.740	37.787
Contribuição para PIS	(1.428)	(2.129)	(430)	(555)
Contribuição para Cofins	(6.579)	(9.811)	(1.981)	(2.557)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(829)	(1.304)	(219)	(297)
Deduções da Receita Bruta	(8.836)	(13.244)	(2.630)	(3.409)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	90.945	139.968	24.110	34.378

30. Custos Operacionais

Descrição	01/01/24	01/01/23	01/10/24	01/10/23
	a	a	a	a
	31/12/24	31/12/23	31/12/24	31/12/23
Energia Comprada para Revenda	(10.586)	(974)	(7.742)	-
Compensação Financeira Util. de recursos hídricos	(7.083)	(8.668)	(1.981)	(2.893)
Taxa de Fiscalização Regulatória - ANEEL	(985)	(916)	(248)	(228)
Encargos Uso Rede de Distribuição	(24.833)	(24.149)	(6.108)	(6.236)
Materiais	(624)	(196)	(426)	(50)
Serviços de Terceiros	(15.396)	(15.134)	(3.952)	(3.541)
Depreciação	(20.783)	(22.371)	(5.220)	(5.593)
Amortização	(11.290)	(11.272)	(2.823)	(2.818)
Seguros	(2.586)	(2.119)	(666)	(638)
Outros custos	(143)	(139)	(35)	(32)
	(94.309)	(85.938)	(29.201)	(22.029)

31. Outras (despesas) receitas operacionais

Descrição	01/01/24	01/01/23	01/10/24	01/10/23
	a	a	a	a
	31/12/24	31/12/23	31/12/24	31/12/23
Pessoal	(3.322)	(3.069)	(696)	(739)
Administradores	(2.331)	(2.118)	(579)	(493)
Material	(57)	(52)	(17)	(10)
Serviços de Terceiros	(1.393)	(1.131)	(272)	(351)
Depreciação	(229)	(221)	(58)	(56)
Arrendamento e Aluguéis	(125)	(115)	(32)	(29)
Seguros	(2)	(2)	-	-
Tributos	(255)	(254)	-	(10)
Outras despesas	(270)	(372)	(69)	(60)
Despesas	(7.984)	(7.334)	(1.723)	(1.748)
Outras Receitas	498	1.269	99	88
Receitas	498	1.269	99	88
	(7.486)	(6.065)	(1.624)	(1.660)

32. Resultado Financeiro

Descrição	01/01/24	01/01/23	01/10/24	01/10/23
	a	a	a	a
	31/12/24	31/12/23	31/12/24	31/12/23
Receitas financeiras				
Rendas de aplicações disponíveis p/venda	13.784	21.201	2.814	4.645
Encargos da concessão – UBP – AVP	281	-	-	-
Juros e correção de tributos	320	240	14	-
CCEE Encargos de liquidação	17.837	69.059	-	-
Outras receitas	1	8	1	2
Subtotal	32.223	90.508	2.829	4.647

Despesas financeiras

Encargos da concessão - UBP - Correção IGPM	(104.042)	(109.681)	(26.304)	(27.009)
Encargos da concessão - UBP - AVP	(51.126)	(23.567)	(26.343)	(10.477)
AVP de Arrendamento - Edificações	(54)	(65)	(12)	(15)
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF	(16)	(3)	(15)	-
CCEE Encargos de liquidação	(1.146)	(686)	(430)	(493)
Juros e correções - P & D	-	(56)	-	-
Juros e encargos moratórios	(315)	-	(315)	-
Outras despesas	-	(20)	-	-
Subtotal	(156.699)	(134.078)	(53.419)	(37.994)
Resultado Financeiro Líquido	(124.476)	(43.570)	(50.590)	(33.347)

Os Encargos de Concessão representam os desembolsos realizados com UBP, referenciados na NE nº 21, além da atualização monetária sobre o saldo da dívida de concessão em conformidade com a variação do IGPM (Índice Geral de Preços Médios), calculado pela Fundação Getúlio Vargas, ajustado a valor presente.

33. Cobertura de Seguros

As apólices de seguro da Companhia foram contratadas levando em conta a natureza e o grau de risco para cobrir eventuais perdas significativas sobre os ativos, conforme entendimento da administração. As principais coberturas, conforme apólices de seguros são:

Seguradora	Vigência	Modalidade	Bens Segurados	Prêmio R\$ Mil	Importância Segurada R\$ Mil
SOMPO SEGUROS	07.09.2024 a 07.09.2025	Multirisco	Unidades Geradoras Santa Clara e Fundão	2.665	364.032
TOKIO MARINE	19.05.2024 a 19.05.2025	Risco Nomeado	Sede Administrativa (Escritório Central)	2	1.810
Total				2.667	365.842

A Companhia também mantém contrato na modalidade de Seguro de Vida em Grupo, para os empregados e diretores, através da Apólice nº 02852.2024.0060.0993.0002145, com a AXA Seguros S.A.

34. Governança Corporativa

O modelo de governança corporativa adotado pela Companhia é baseado em princípios de transparência, equidade e prestação de contas, tendo, entre suas principais características, a definição clara dos papéis e responsabilidades do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva na formulação, aprovação e execução das políticas e diretrizes referentes à condução dos negócios da empresa.

A Elejor é comprometida com o desenvolvimento sustentável, através do equilíbrio entre os aspectos econômicos, financeiros, ambientais e sociais, com o intuito de aprimorar o relacionamento com os nossos acionistas, clientes, colaboradores, sociedade e demais "stakeholders".

35. Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros utilizados pela Companhia são os seguintes:

	NE	31/12/2024		31/12/2023	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos Financeiros					
Valor Justo por meio do Resultado					
Caixa e bancos contas movimento	5	19	19	33	33
Aplicações financeiras	5	96.260	96.260	166.511	166.511
Custo Amortizado					
Clientes	6	10.752	10.752	21.157	21.157
Valor Justo do Resultado Abrangente					
Créditos de Carbono - RCEs	10	3.207	3.207	3.922	3.922
Total dos ativos financeiros		110.238	110.238	191.623	191.623
	NE	31/12/2024		31/12/2023	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Passivos Financeiros					
Custo Amortizado					
Fornecedores	19	3.857	3.857	3.980	3.980
Contas a pagar vinculadas à concessão	21	45.657	45.657	45.291	45.291
Total dos passivos financeiros		49.514	49.514	49.271	49.271

Os ativos financeiros têm seus valores justos equivalentes a seus respectivos valores contábeis, em razão da natureza e prazos de liquidação destes.

36. Eventos Subsequentes

A administração declara a inexistência de fatos ocorridos subsequentemente à data de encerramento do período que venham a ter efeito relevante sobre a situação patrimonial ou financeira da Companhia ou que possam provocar efeitos sobre seus resultados futuros.

Nestor Baptista
Diretor Presidente

Cleverson Moraes Silveira
Diretor Administrativo Financeiro

Fernando Souza Ribeiro
Contador CRC PR 024544/O-3

**ELEJOR – CENTRAIS
ELÉTRICAS DO RIO JORDÃO S.A.**

Relatório dos Auditores Independentes

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Aos
Administradores, Diretores e Acionistas da
ELEJOR – CENTRAIS ELÉTRICAS DO RIO JORDÃO S.A.
Curitiba (PR)

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **ELEJOR – CENTRAIS ELÉTRICAS DO RIO JORDÃO S.A.** (“Elejor” ou “Sociedade”), que compreendem o balanço patrimonial em **31 de dezembro de 2024** e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **ELEJOR – CENTRAIS ELÉTRICAS DO RIO JORDÃO S.A.** em **31 de dezembro de 2024**, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros Assuntos

(i) Arredondamento de valores

Os arredondamentos das contas apresentadas nas demonstrações contábeis são de responsabilidade da administração da Sociedade. A auditoria considera que os métodos e critérios utilizados para esses arredondamentos devem estar em conformidade com as práticas contábeis geralmente aceitas e as políticas contábeis adotadas pela entidade. Assim, a auditoria não expressa opinião sobre os arredondamentos realizados, focando na veracidade e razoabilidade das informações contábeis apresentadas.

(ii) Auditoria do exercício anterior

Conforme descrito nas demonstrações contábeis, as informações correspondentes ao exercício findo em 2023 apresentadas para fins de comparação com o exercício de 2024, foram auditadas por outros auditores independentes, dos quais emitiram seus pareceres sem ressalvas. Consequentemente, nossa opinião não inclui quaisquer ajustes ou comentários relacionados a esses valores comparativos, ou àquele período findo.

Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Contábeis

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, práticas internacionais e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, estão livres de distorções relevantes, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes.

As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevantes nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras da Sociedade ou atividades de negócio para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de janeiro de 2025.

TATICCA Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP-03.22.67/O-1



Digital Signer: RICARDO MASSERA
05835215924
DIN/CI: RICARDO MASSERA, 05835215924,
OU=Videoconferencia, OU=74089520000132,
OU=(EM BRANCO), OU=RFB e CPF A1,
OU=Secretaria de Receita Federal do Brasil -
RFB, O=ICP-Brasil, C=BR
Date: 30/01/2025 12:08:35 -03:00

Ricardo Massera
Sócio – Responsável Técnico
Contador - CRC PR-066.333/0-2
CNAI 4673